

Servidor que não sabe ler preocupa MEC

O ministro da Educação, Carlos Chiarelli, determinou à Secretaria Nacional de Educação Básica (Seneb) a elaboração de um projeto para a alfabetização dos servidores públicos analfabetos ou subalfabetizados — aqueles que sabem escrever o nome mas não conseguem se comunicar através da escrita e da leitura.

O projeto vai beneficiar vários funcionários do MEC e deverá ser estendido a todos os ministérios, podendo abranger os governos estaduais e municipais, como uma contribuição ao Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, lançado pelo presidente Fernando Collor no mês passado.



Chiarelli vê o problema de perto

Devido à falta de dados concretos sobre o número de servidores que se encontram nessa situação no serviço público federal, a Seneb deverá fazer um levantamento desse tipo, pois, segundo técnicos do MEC, nas gestões anteriores não houve essa preocupação. Pelas estimativas do Ministério, com base em dados do seu Serviço de Es-

tatísticas da Educação e do IBGE, existem atualmente, no Brasil mais de 48 milhões de analfabetos ou subalfabetizados.

De acordo com o ministro da Educação, a idéia é atingir os servidores públicos lotados em Brasília, aproveitando um convênio existente com o Governo do Distrito Federal, na execução de um programa semelhante ao Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania. Para Chiarelli, "é fundamental que o projeto comece na própria casa, para servir de exemplo à sociedade, que já foi convocada a dar a sua parcela de contribuição". Essa tarefa, na sua avaliação, também se ajusta a decisão da classe empresarial "que já se comprometeu em colaborar na alfabetização de seus trabalhadores".

Conforme a determinação do ministro Chiarelli, o projeto de alfabetização dos servidores deverá seguir as orientações do Programa Nacional de Alfabetização, garantindo a educação continuada aos funcionários.